

RESUMO - CIÊNCIAS AGRÁRIAS - AGRONOMIA

JUSTIÇA CLIMÁTICA EM DEBATE: UMA EXPERIÊNCIA PEDAGÓGICA DO PIBID LICA NO ENSINO FUNDAMENTAL NO CIEP 383 MÁXIMO GORKI

Daniel De Lira Müller (danielmuller.dm9@gmail.com)

Yasmim Da Silva Henriques (henriquesyasmim80@gmail.com)

Vagner Viana Silva (vagnersilvaufrrj@gmail.com)

Rafael Ribeiro Pimentel (rafaelpimentel@ufrrj.br)

Bruno Cardoso De Menezes Bahia (brunobahia@ufrrj.br)

Lilian Couto Cordeiro Estolano (liliancordeiro@ufrrj.br)

A temática da Justiça Climática tem se tornado cada vez mais relevante no contexto da educação básica, considerando os impactos das mudanças climáticas sobre diferentes setores da sociedade e a necessidade de formação de cidadãos críticos e conscientes. O presente trabalho relata a experiência pedagógica desenvolvida no Ciep 383 Máximo Gorki, por meio do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência, em 02 de setembro de 2025, com a turma 602, cujo objetivo foi estimular a reflexão crítica e participativa dos alunos acerca dos problemas ambientais contemporâneos. A metodologia consistiu em organizar a turma em formato de dinâmica de grupo, na qual os estudantes foram divididos em seis segmentos sociais: Governo, Grandes Empresas Poluidoras, População em Situação de Vulnerabilidade, Organizações Ambientais, Agricultores Familiares e Comunidade Científica, além de três alunos que compuseram o “Júri Popular”. A atividade constituiu-se

na proposição de situações adversas, como poluição, enchentes, secas, desmatamento e elevação das temperaturas, de modo que cada grupo elaborasse argumentos em torno de quatro questões norteadoras: “Quem eram os culpados pelas situações apresentadas?”; “Quem eram os mais afetados?”; “Quais estratégias poderiam ser adotadas para a resolução dos problemas?” e “Como alcançar a Justiça Climática?”. Os debates foram mediados pelos bolsistas responsáveis, que incentivaram o diálogo e a organização dos argumentos, conduzindo o julgamento das exposições em conjunto com o Júri Popular. Os resultados evidenciaram elevado engajamento dos estudantes, que apresentaram argumentos consistentes, criativos e críticos, revelando compreensão das desigualdades socioambientais e das responsabilidades compartilhadas na mitigação das mudanças climáticas. Observou-se, ainda, que a atividade favoreceu a apropriação do conceito de Justiça Climática de forma prática, lúdica e eficaz, aproximando os alunos das problemáticas ambientais vivenciadas no cotidiano. Na discussão, destaca-se a relevância da estratégia pedagógica para a construção do pensamento crítico e para o fortalecimento da consciência cidadã em relação às questões ambientais, além de se mostrar um caminho promissor para a inserção de metodologias ativas no ensino fundamental. Conclui-se que a atividade foi exitosa ao promover a aprendizagem significativa sobre Justiça Climática, integrando teoria e prática, bem como ao possibilitar aos alunos compreenderem a importância de sua participação no enfrentamento dos desafios ambientais globais. Este relato reforça o papel da escola como espaço privilegiado de formação cidadã e evidencia a importância do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência na promoção de práticas inovadoras que estimulam a interdisciplinaridade e o protagonismo estudantil no processo educativo.

Referências:

1. INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. Justiça climática: desafios e perspectivas para o Brasil. Brasília: Ipea, 2021.
2. INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE – IPCC. Climate Change 2022: Impacts, Adaptation, and Vulnerability. Cambridge University Press, 2022.
3. BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Plano Nacional sobre Mudança do Clima – PNMC. Brasília: MMA, 2008.

4. LIMA, G. F. da C. Educação Ambiental e mudança climáticas: desafios e possibilidades. Revista Brasileira de Educação Ambiental, v. 15, n. 2, p. 45-60, 2020.

Palavras-chave: metodologias ativas; formação cidadã; educação ambiental; participação estudantil.